

ONDE ESTÁ INÊS POSTA EM SOSSEGO?*

«Et estando y o infante pagousse moyto de hũa donzela et oluydou a rreyna sua mulher... en guisa que o ño podiam partir dela por nemhũa maneyra, nẽ se pagaua tato de nẽhũa cousa, ...assy que sse ño nẽbraua de sy nẽ do... rreyno nen doutra cousa. Et os omes boos ouuerõ seu acordo como posessem rrecado ãno rreyno, por rrazõ daquelle feyto tam mao et tam sem Deus. Et acordarõ que a matassem. Et cõ este acordo entrarõ ala... et mentre os hũus falarõ cõ el rey, os outros entrarõ hu estaua aquela donzela, et acharõna en muy nobles estrados et degolarõ ela. ...E desy forõ sua carreyra. Et o infante, quando o soube, foy muy coytdado, tanto que ño soube que fazer, tã grande era o amor que dela auya.»

in Cap. 491 da Tra. gal.-port. da Cr. de Castela (ed. Lorenzo, pp.716-17)

Pedro e Inês. Talvez a página cronística que acabei de ler produzisse idênticas ressonâncias em qualquer outro lugar. Aqui onde estamos, neste lugar habitado por indeléveis memórias de amor e morte, ela evoca irresistivelmente o trágico destino de Inês de Castro, sacrificada por razões de estado, e a tresloucada paixão que o seu régio amante, Pedro de Portugal, então Infante, transportou para o período do seu reinado, glorificando-a nas mais macabras exéquias que a memória europeia acolhe, e que terá tentado preservar até A FIN DO MÚDO, talhada na pedra eloquente dos túmulos de Alcobaça, na espera do dia do juízo e da ressurreição dos corpos.

Todos os actores canónicos do drama inesiano figuram no quadro acima apresentado: a amada, o amante, os diligentes algozes, o rei. Aí se referem igualmente as circunstâncias de todos recordadas, os algozes que se introduzem na própria câmara da amada na ausência do amante, as conversações à margem com o rei, bem como o reconhecido motivo da morte: o interesse do reino, que o desviado amante, todo absorvido no seu amor, mais do que negligenciava, esquecia. Em tudo isto, há apenas um senão: é que Inês de Castro foi morta a sete de Janeiro de 1355, e a página cronística aqui recordada estava já escrita meio século antes. Com efeito, esta página foi extraída da *Crónica de Castela*, na sua tradução galego-portuguesa, datável o

* Comunicação apresentada ao VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, Coimbra, Outubro de 2006 (Quinta das Lágrimas).

mais tardar da primeira metade do século XIV, e comparece com idêntico teor nos manuscritos castelhanos da mesma obra, o que atesta a sua integração no texto primitivo, remontando aos finais do século XIII. E os protagonistas não são os nossos Pedro e Inês, mas Afonso VIII de Castela e uma sua anónima concubina que a História acolheu sob a designação de Judia de Toledo.

Admito ter feito alguma “batota” na apresentação do trecho. Muito pouca, contudo, e muito simples, nada de tão elaborado como as insidiosas manipulações a que os cronistas medievais, verdadeiros falsários no dizer de eminentes estudiosos actuais da cultura hispânica, tantas vezes procediam no decurso das suas reescritas historiográficas. Limitei-me a extractar o capítulo relevante da crónica, substituindo, nos pontos críticos, “el rey” por “o infante” e “judia” por “donzela”.

Quando, há anos já, deparei com esta página historiográfica, senti um incomodo intelectual indefinível: um tal texto não devia estar ali. Era uma espécie de “déjà vu” invertido. Incongruente. Impossível. Afinal, a História não se repete, e muito menos se projecta no passado. Qual poderia ser, pois, a natureza e a origem deste episódio preservado na *Crónica de Castela*, e que se instituiu na historiografia hispânica como uma prefiguração da morte de Inês de Castro?

Vejamos que história ele conta. Trata o amor funesto do jovem Afonso VIII por uma Judia de Toledo com quem ele teria “visco mala vida” durante sete meses, ou mesmo sete anos, consoante as fontes. A autoridade que tal relato reclama seguir é a do arcebispo de Toledo; contudo, nenhuma das obras conhecidas de Rodrigo Jimenez de Rada guarda o menor traço nem da dita Judia nem de semelhante aventura de juventude daquele que viria a ser, no auge do seu reinado, o incensado vencedor das Navas de Tolosa. Também as versões da *Estoria de España* sancionadas por Afonso X são omissas acerca da Judia de Toledo. As mais antigas referências que a contemplam datam do reinado de Sancho IV, uma em nota marginal no manuscrito escurialense da *versão amplificada* da *Estoria de España*, posterior portanto a 1289, e outra no *Libro de los Castigo e Documentos para bien vivir*, escrito em 1292-93. Em ambos os casos se verifica uma dependência entre essa longa relação pecaminosa e dois conhecidos factos do reinado de Afonso VIII: a construção

do mosteiro de Las Huelgas, em Burgos (ordenada em 1187), por um lado, e, por outro, a estrondosa derrota do monarca em Alarcos (sucedida em 1195). Nos *Castigos*, o desastre de Alarcos, bem como a morte de todos os filhos varões de Afonso VIII e a sucessão por via feminina em seu neto Fernando III, são explicitamente apontados como punição divina pelo pecado com a Judia, sendo a fundação de Las Helgas apresentada como o acto de penitência que procurava a respectiva remissão. Num caso como noutro, o encadeamento de causalidades não chega a produzir o efeito de um relato.

A trágica morte da Judia e o imoderado amor que o seu régio amante lhe dedicava, a que nem a *versão amplificada* nem os *Castigos* aludem, surgem pela primeira vez alguns anos depois, na *Crónica de Castela*, narrativamente desenvolvidos na forma que o texto que acima li documenta. Fica aí estabelecido o padrão das posteriores reescritas do episódio, sucessivamente retomado (na Cr. Manuelina interpolada, na ref. 1400 da Cr. de 1344, e na Cr. Ocampiana) com acrescentos e reformulações de teor progressivamente mais misógino e anti-semita.

Todos os esforços dos historiadores para validar este momento da vida do rei e a existência da personagem feminina que o suscita se mostraram vãos, sendo apenas possível postular que, a ter tido lugar, deverá ter-se situado na extrema juventude do monarca, imediatamente após os esponsórios com a impúbere Eleonor de Inglaterra. Seja como for, os nexos de causalidade retrospectiva que as duas primeiras e sumárias referências pressupunham já entre Las Huelgas, Alarcos, e o pecado do rei, militam contra a hipótese de que o episódio da Judia de Toledo seja pura invenção historiográfica. Deverá ter existido uma qualquer tradição prévia, culpabilizadora face a Afonso VIII, que teria projectado no passado uma causa eficiente capaz de justificar a derrota em Alarcos daquele que acabou por ser o vencedor das Navas de Tolosa: daí a postulada ligação pecaminosa com a Judia, atentado contra Deus e contra o Reino. Sobre essa tradição, e talvez já em contexto historiográfico, teria então sido forjada a narrativa de amor e morte que a *Crónica de Castela* transmite. Os mais recentes estudos sobre a nunca identificada Judia de Toledo parecem ter definitivamente abandonado o pendor historicista, centrando a atenção nas

potencialidades representativas do episódio em causa no contexto sócio-político e cultural do século XIII peninsular.

A Judia de Toledo é, pois, a protagonista de uma lendária aventura amorosa transgressora de um poderoso monarca peninsular. Nunca terá sido morta pelos conselheiros régios, porque nunca terá existido, e o relato historiográfico que a entroniza na memória hispânica não passará, afinal, de uma bela página de ficção cujas circunstâncias e motivações estão ainda para ser cabalmente elucidadas. Posto isto, e voltando à nossa temática inesiana, uma nova perplexidade se vem juntar à discrepância temporal entre o relato sobre a Judia e a data da morte de Inês de Castro que suscitou o presente conjunto de reflexões. Como é possível que seja o acontecimento real a copiar o episódio ficcional, como pode um facto surgir à imagem de uma lenda? Talvez seja altura de tentar equacionar o que, dentre o pouco que de incontroverso é apurável sobre as circunstâncias históricas da vida e da morte de Inês de Castro, poderá ser compaginado com a personagem historiográfica da Judia de Toledo. Para esta tarefa socorrer-me-ei dos testemunhos, historiográficos ou documentais, coligidos por António Vasconcellos no seu iluminante estudo sobre Inês de Castro dado à estampa há já largas décadas; terei em conta também a muito recente reavaliação e reinterpretação desses dados apresentada por António Resende de Oliveira numa conferência proferida em Montemor-o-Velho e ainda inédita, cujo texto o autor muito amavelmente me facultou.

Ora, as mais antigas referências conhecidas a Inês de Castro datam do próprio ano da sua morte. Encontram-se no diploma do pacto de amnistia e concórdia celebrado entre D. Afonso IV e seu filho o D. Pedro em Agosto de 1355, respeitante ao “desuayro” entre ambos “per Razon da morte de Dona Enes e dalgũas outras cousas que des entõ aaca Recrecerom”. A “morte da dicta dona Enes” é aí repetidamente mencionada, sem quaisquer detalhes de data, modo ou local, mas com abundantes referências àqueles que juntamente com o rei tinham nela participado ou tinham tido responsabilidade nessa decisão, e sofrido desde então a ira do infante, que agora prometia perdoar-lhes. Duas notícias analísticas da morte de Inês, incluídas uma no *Chronicon Alcobacense* e outra no *Livro da Noa*, deverão igualmente ter sido redigidas

pouco após o acontecimento que registam. Na primeira lê-se que a sete de Janeiro de 1355 o Rei Afonso matou D. Inês em Coimbra, na segunda que, na mesma data, foi degolada D. Inês por mandado do rei D. Afonso IV.

A refundição do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, operada em data incerta mas ainda antes de 1383, contém algumas menções a Inês de Castro. Sem ser nunca objecto da elaboração narrativa do reformulador, a sua morte é referida de passagem a propósito de dois episódios dela decorrentes: a execução de Pero Coelho, “matou-o el rey dom Pedro porque o culpou na morte de dona Ines de Castro que matou el rey dom Afonso seu pai” e a actuação exemplar de D: Álvaro Gonçalvez Pereira na defesa da cidade do Porto, sitiada quando “o ifante dom Pedro andava ... queimando e destroindo muitos lugares ... a todos os que forom conselheiros na morte da ifante dona Enes de Castro que el rey seu padre matou”. No título dedicado aos Castros, o refundidor anota ainda as altas origens familiares e a filiação de Inês, refere a sua condição bastarda, e assinala o seu relacionamento com o infante sem contudo fazer referência a um vínculo matrimonial. Para além disso, na actualização dos elementos sobre a casa real Portuguesa, o refundidor resume, numa única frase inserida na curta biografia de D. Pedro, tudo aquilo que, numa estrita perspectiva genealógica, era pertinente registar sobre a Castro: “Casou outra vez este rei dom Pedro com a ifante dona Enês, filha de dom Pedro de Castro, e fez em ela o ifante dom Joham e o ifante dom Dinis e a ifante dona Beatriz”.

Neste elenco cronologicamente ordenado de fontes, deveria agora seguir-se o depoimento de Diogo Lopez Pacheco, um dos conselheiros co-responsáveis pela morte de Inês de Castro, registado numa inquirição realizada em Coimbra em Março de 1385, por ocasião das Cortes de onde D. João Mestre de Avis havia de sair rei de Portugal, deixando definitivamente frustradas quaisquer eventuais pretensões ao trono dos seus meios irmãos D. João e D. Dinis. Apesar de a morte de Inês de Castro nem sequer ser aí abordada, as declarações de Pacheco são um documento importantíssimo na matéria que aqui nos ocupa, pois constituem a primeira fonte onde o terceiro casamento de D. Pedro é assunto de discussão. O inquirido nega conhecimento de que tal casamento se tivesse alguma vez realizado, e

acumula no seu testemunho as informações sobre os impedimentos que a ele obstavam – desde questões de incesto de sangue e espiritual (D. Inês era filha de um primo co-irmão de D. Pedro e seria além disso madrinha de um filho deste), até à falta de inclinação nesse sentido declarada ao tempo pelo próprio D. Pedro (que se teria negado a aceder ao pedido do rei seu pai para casar com D. Inês, afim de pôr termo à situação irregular em que viveria).

Todavia, coloquemos temporariamente entre parêntesis o teor de tais declarações, e detenhamo-nos antes de a situação política ter tornado necessária a sua prestação, tentando equacionar aquilo que, no limiar da crise sucessória desencadeada pela morte de D. Fernando, as fontes acima citadas permitiriam afirmar sobre Inês de Castro. Cabe antes de mais reavaliar o valor dos testemunhos coevos. Com efeito, se existem razões sobejas para questionar a imparcialidade das declarações e elaborações narrativas posteriores ao posicionamento de D. João Mestre de Avis como candidato ao trono, não temos nenhuma indicação que leve a duvidar da fidedignidade das notícias anteriormente registadas. Não é possível assegurar a sua exactidão, claro, do mesmo modo que seria insensato garantir que correspondam à verdade as informações que, por vias idênticas, nos chegaram sobre tantas personagens contemporâneas de Inês de Castro que não deixaram na memória rasto mais longo do que poucos registos linhagísticos.

Com base, então, no conjunto de referências consideradas, o que a História teria para dizer acerca de Inês de Castro seria simples e, no essencial, incontroverso: que se tratava da terceira mulher de D. Pedro, oriunda de uma nobre família galega, e mãe de três filhos do infante, executada, por decapitação, em Coimbra, por decisão do conselho de seu régio sogro, por motivos desconhecidos. É esta a súpula de quase trinta anos de registos sobre Inês de Castro, antes de os acontecimentos de 1383 terem catapultado as circunstâncias da sua vida e amores das poeirentas arcas dos arquivos e das obscuras escrituras das genealogias para a ribalta das inquirições e das cortes electivas de um novo monarca, e daí para os relatos cronísticos implicitamente cometidos a justificar a nova ordem que se erguia sobre as ruínas das esperanças, legítimas ou ilegítimas, dos filhos que da sua união com D. Pedro tinham nascido.

Parece evidente que, na ausência da documentação e elaboração historiográfica posteriores, dificilmente teria sido posta em dúvida a ligação matrimonial do infante D. Pedro a Inês de Castro, explicitada pelo refundidor do *Livro de Linhagens* e indirectamente corroborada nessa mesma obra pelo tratamento de “ifanta” que mais de uma vez este concede à nobre dama galega.

Apesar de magros, os resultados desta indagação constituem já uma base objectiva sobre a qual proceder à pretendida comparação entre a Judia de Toledo e Inês de Castro. Ora, impõe-se concluir que, entre a lenda de uma e a história de outra, pouco haverá de comprovadamente sobreponível para além da morte por degolação. Senão, vejamos. A Judia, pelo simples facto de o ser, era socialmente desclassificada; Inês, apesar de bastarda, era bisneta de Sancho IV de Castela. A Judia aparece como sozinha no mundo; Inês estava na realidade rodeada da sua poderosa parentela da linhagem dos Castros. A lenda não sugere que a Judia tenha dado filhos a Afonso VIII, mas a História regista o nascimento de três filhos da união de Inês com D. Pedro. O papel da Judia era o de uma concubina tomada na vigência de um vínculo matrimonial anterior; porém, nada na documentação aponta para que Inês não tenha ocupado em legítimas núpcias o leito do infante, e muito menos permite postular uma ligação adúltera, prévia à viuvez deste. Acima de tudo, o arrependido amante da Judia acaba por renegá-la depois de morta, o que contrasta vivamente com o modo como D. Pedro assume a legalidade da sua união com a defunta Inês – e, ainda que assim não tenha sido de direito, uma tal persistência, confirmada no cerimonial da trasladação e na elaborada representação tumular de Alcobaça, institui de facto a validade do vínculo enquanto acto público. A busca de semelhanças serviu afinal para desvendar oposições. E estas em nada ajudam a esclarecer a incómoda convergência textual que, fazendo tábua rasa de todas as discrepâncias assinaladas, se estabeleceu, discursiva e imagetivamente, entre as duas figuras femininas em causa.

As bases que a documentação inesiana considerada fornece para alicerçar esta convergência são nulas. Surpreende, com efeito, no conjunto de registos de época sobre uma personagem que ficou na história como

protagonista trágica de um amor excessivo e marginal culminando numa morte comovente, o silêncio, tanto descritivo quanto explicativo, que envolve essa morte. Nem mesmo a localização do acontecimento ficou fixada com mais rigor do que a cidade de Coimbra. Donde decorre necessariamente que o dramático episódio da morte de Inês que a historiografia veio a acolher não decorre de nenhuma das fontes conhecidas, documental ou historiográfica, anteriores ao momento político que motivou a proliferação de referências tardias e controversas ao seu relacionamento com o infante D. Pedro.

Mais inesperado ainda se torna – como, com a argúcia e a ironia a que nos habituou, o fez António Resende – verificar em tudo o que de coevo subsiste, a ausência da mais elíptica menção aos sentimentos que D. Pedro e Inês de Castro mutuamente se dedicariam, de uma palavra sequer sobre a qual erguer o complexo edifício de tão grandes amores. Nas três décadas de memória escrita que escrutinámos, nunca encontramos o verbo amar conjugado em relação com a nossa heroína. Poderá algum dos presentes tentar justificar o facto alegando que a representação de sentimentos, e dentre estes com maioria de razão a violência da paixão amorosa, não era ainda contemplada no código historiográfico. Mas, retorquirei eu, isso não é verdade! Pois na *Crónica de Castela*, em finais do séc. XIII, não havia já o rei D. Afonso VIII tão grande amor da Judia de Toledo que não sabia como se consolar da sua morte?

É com efeito no amor e na morte que os destinos das duas figuras femininas se fundem, ou melhor, na encenação literária da morte violenta de uma mulher impiedosamente degolada no lugar onde a tinha instalado o homem poderoso que com ela coabitava e obsessivamente a amava. É esta encenação que estabelece uma identidade virtual entre ambas as personagens historiográficas.

Porque, como todos sabemos, como a historiografia tardo-medieval atesta e tantas belíssimas páginas literárias, independentemente do que a documentação coeva possa ou não registar, perpetuam na memória, Pedro virá a amar Inês. Tanto quanto é possível comprovar, começa a amá-la precisamente a trinta de Março de 1385, em Coimbra, e na mais inesperada das situações para o nascimento desse amor: o hostil depoimento, acima

deixado em suspenso, de Diogo Lopez Pacheco, um dos homens que a tinha condenado à morte e colaborado na sua execução. Continua a amá-la, fugazmente, pelo virar do século, pela pena de Pero Lopes de Ayala, que pela primeira vez junta no mesmo texto o amor de Pedro e a morte da sua amada, e diz ter-se esta consumado em Santa Clara de Coimbra - o primeiro detalhe circunstancial aduzido desde que o *Livro da Noa* registara a degolação. E Pedro há-de amar Inês obsessivamente depois, a partir de meados do século XV, em todos os cruzamentos, ou quiça casamentos, literários imagináveis entre História e Ficção.

A convergência imagética da construção literária da morte de Inês de Castro com a da Judia de Toledo terá provavelmente sido o primeiro indício da obsessividade desse amor. Não possuímos o texto onde essa convergência pela primeira vez se manifestou. Ayala não individualiza ainda a morte de Inês enquanto episódio autonomamente desenvolvido; o refundidor de 1460 da *Crónica de 1344*, Rui de Pina, o autor da crónica da Biblioteca Manizola e Cristóvão Rodrigues Acenheiro recebem e retransmitem um relato anterior onde essa morte se conforma já com o modelo fornecido pelo episódio da Judia de Toledo. Pelo meio, ficam os mistérios por resolver da *Crónica de 1419* e do seu faltoso reinado de Afonso IV, bem como a afirmação de Fernão Lopes segundo a qual, na sua igualmente desaparecida *Crónica de Afonso IV* “compridamente ... fallamos da morte de D. Enes” e da “razon por que a el rei Dom Afonso matou”, juntando assim no relato os dois elementos, descritivo e explicativo, que caracterizam o episódio da Judia de Toledo. Embora esse relato esteja em falta, a crónica de D. Pedro e a de D. João I guardam elementos suficientes para permitirem garantir que Fernão Lopes não só dá grande peso à relação erótico-sentimental entre Pedro e Inês como a problematiza de modo ideologicamente compatível com o modelo fornecido por Afonso VIII e a sua Judia.

Com efeito, usando da ambiguidade que tão bem maneja, descreve a relação de Pedro e Inês em termos de “verdadeiro amor”, mas vai desvendando a natureza nefasta desse sentimento obsessivo (e toda essa obsessividade está contida no aparentemente pitoresco mas tão revelador detalhe anteontem citado pela Teresa Amado “seendo alongado nunca

cessava de lhe enviar recados”) com a paulatina acumulação das suas transgressoras circunstâncias e funestas consequências e com o registo dos actos no mínimo excessivos, no limite tresloucados a que tal amor conduz o infante e depois rei de Portugal, e que, em conjunto, acabam por constituir a teia e trama da lenda inesiana.

Moldada à imagem da morte da Judia de Toledo, a morte de Inês de Castro pode assim ser entendida como a consequência de um amor simultaneamente ilícito e excessivo. Amor marginal, amor paixão, diríamos nós tentando caracterizá-lo. Mas apenas AMOR talvez bastasse para Fernão Lopes não ter dúvidas acerca do sentimento de que se tratava e das potencialidades da sua evocação, ainda para mais estando narrativamente sobredeterminado por um relato que constituía em si mesmo uma chave de leitura. Produto de uma elaborada codificação literária mais do que entendido como emoção experienciável, o amor entre um homem e uma mulher assumiu sempre no imaginário medieval um poderoso potencial dissociador relativamente à noção institucional de casamento. Dependendo do contexto, esse potencial podia ter conotações positivas ou negativas. No caso da Judia de Toledo, a concubina maldita que afasta o amante dos seus deveres para com Deus e os homens, não havia lugar para dúvidas. Moldar o relacionamento entre Pedro e Inês à imagem do amor de Afonso VIII pela Judia de Toledo equivalia, por um lado, a indiciar a respectiva história como uma história de amantes, intrinsecamente incompatível com o vínculo conjugal; e, por outro, a instituí-los como amantes condenados.

Difícilmente outra estratégia poderia servir melhor os interesses legitimadores que a escrita de Fernão Lopes promovia do que a replicação, no nível do imaginário, das manobras de descrédito do casamento de D. Pedro com Inês de Castro a que a argumentação jurídica do Doutor João das Regras procedia, no plano lógico. E penso que esta razão pode sobejamente justificar a apropriação pelo cronista de Aviz do relato da Judia de Toledo como modelo para a morte de Inês de Castro..

Se, como penso, este raciocínio fizer qualquer sentido, então o episódio da morte de Inês de Castro, tal como a memória o preserva, será tão ficcional como o da Judia de Toledo que lhe serviu de modelo. Esta ideia chama a

atenção para o valor representativo, enquanto elaboração discursiva, mais do que para o valor documental, enquanto verdade factual, dos episódios historiográficos – e isso corresponde a uma importantíssima mudança de enfoque na conceptualização da escrita e das reescritas do passado que se vem verificando na última geração de estudiosos.

António Resende conclui no seu estudo que “a versão oficial da história inesiana rouba à Castro o casamento, confortando-a com o amor”. Tendo em conta o que acabei de expor sobre o uso e o valor do amor na manipulação historiográfica da vida de Pedro e Inês, gostaria de propor uma versão menos benévola dessa conclusão: o amor foi o túmulo em que a versão oficial da história inesiana sepultou o casamento da Castro.

Nunca saberemos se Inês, a Inês real, estava posta em sossego aqui, neste lugar do Paço de Santa Clara, quando a morte lhe foi ao encontro. Para mim, enquanto medievalista, Inês está posta em sossego nesse único lugar que poderia encenar, preservar e amplificar a memória construída da ilusória tranquilidade do seu repouso de eterna amante: a escrita e as reescritas do passado.

Maria do Rosário Ferreira
(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e
Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade)